



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004259-45.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Férias**
 Requerente: **Rafael de Jesus dos Santos**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação na qual a parte autora alega que é ex-policia militar e, ao tempo do desligamento da Corporação, não usufruiu de todos os períodos aquisitivos de férias, remanescendo 30 dias, acrescidas de 1/3 constitucional. Requer a procedência do pedido, com a condenação da requerida ao pagamento do valor referente ao período não gozado, no importe de R\$4.720,04 (quatro mil, setecentos e vinte reais e quatro centavos).

Acompanharam a inicial os documentos de pp. 09/12.

Citada, a Fazenda Pública apresentou contestação (pp. 18/24). Preliminarmente, alegou falta de interesse de agir, pois a parte autora não fez pedido administrativo. No mérito, sustenta a inexistência do direito ao pagamento das férias não gozadas.

Houve réplica (pp. 27/32).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Inicialmente, afasto a preliminar de falta de interesse de agir, considerando que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República garante, com clareza, o acesso ao Poder Judiciário independentemente de eventuais medidas administrativas.

Neste sentido já decidiu o C. Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LICENÇA PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

PRINCÍPIO QUE VEDA O ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO. **É cabível a conversão em pecúnia da licença prêmio e/ou férias não gozadas, independentemente de requerimento administrativo, sob pena de configuração do enriquecimento ilícito da Administração.** (AgRg no AREsp 434.816/RS, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ª.Turma, julgado em 11/02/2014, DJe 18/02/2014). Agravo Regimental desprovido”.(AgRg no REsp 1167562/RS, 6ª. Turma, Rel. Min. ERICSON MARANHÃO (Desembargador convocado do TJ/SP), j. 07.05.2015). (grifei).

No mais, o processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido merece acolhida.

É inconteste que o autor possuía, quando da sua exoneração, 30 dias de férias que não haviam sido gozadas (p. 33), fato este que não foi impugnado.

A alegação de ausência de previsão legal para o pagamento não pode trazer à Administração Pública um enriquecimento sem causa, visto que as férias representam para o servidor que trabalhou, pelo período de um ano, o direito de deixar de trabalhar por um mês e, mesmo assim, receber naquele período.

Assim, exonerado ou não, a administração teria que pagar ao servidor sem, contudo, poder contar efetivamente com os seus serviços. Seguindo esse raciocínio, não há justificativa para o não pagamento das férias.

A base de cálculo, para as férias deve ser o último vencimento percebido pelo servidor na ativa, não se incluindo verbas transitórias ou outras indenizatórias (adicional de insalubridade, ajuda de custo para alimentação, abono permanência, décimo terceiro antecipado etc).

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a Fazenda do Estado de São Paulo ao pagamento em favor da parte autora do valor correspondente a 30 (trinta) dias de férias não usufruídas, acrescido do 1/3 constitucional, observando-se a base de cálculo mencionada na fundamentação. **Correção monetária a**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

contar da data da concessão da aposentadoria e juros de mora a contar da citação.

A atualização monetária deverá ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017. Não há necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da tese fixada pelo E. STF, no RE 870947, à qual se deve observância imediata, conforme sinalizado pelo próprio E. STF (cf. Rcl nº 3.632 AgR/AM, rel. Min. Eros Grau; ARE nº 930.647 Agr/PR, rel. Min. Roberto Barroso; RE nº 781214 AgR/Sp e 612.375 AgR/DF, ambos rel. Min. Dias Toffoli). Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

O requerimento de cumprimento de sentença deverá vir instruído com memória de cálculo que atenda aos requisitos do art. 534 do CPC/2015.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P.I.

São Carlos, 03 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**